



DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVO EM CACHOEIRO DO ITAPEMERIM

Josean de Castro Vieira
Outubro de 2020
Cachoeiro do Itapemerim / ES

Cachoeiro do Itapemerim é uma cidade do estado do Espírito Santo com uma população de 189.878 habitantes, sendo que 173.572 vivem em área urbana e 16.306 em área rural. Seu bioma é a Mata Atlântica.

Até 2008 o município desconhecia a sua realidade rural. Cachoeiro do Itapemirim-ES era conhecida como a capital nacional do mármore e granito e por ser a cidade natal do cantor Roberto Carlos. O grupo político que concorreu à eleição buscou na pessoa do José Arcaño Nunes sua experiência acumulada em municípios vizinhos e sua trajetória de vida (que inclui a passagem pelo MEPES e a direção da Escola Família de Olivânia, assessorias técnicas na Prefeitura Mimoso do Sul e Muqui para construir um programa de governo). Ele se comprometeu a olhar também para a população rural do município em especial às famílias de agricultores e agricultoras familiares e campesinos.

Para se obter um bom trabalho de política pública de Desenvolvimento Rural Sustentável é preciso basicamente sete coisas: 1º) uma vontade política convergente para olhar o rural do município e as famílias que aí vivem e produzem alimentos e água para a cidade; 2º) uma organização social sólida e participativa, um bom Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com ampla participação da sociedade organizada e de caráter deliberativo; 3º) uma boa equipe de servidores técnicos e comprometidos com o município, com o desenvolvimento e com a agricultura familiar campesina e com capacidade para desenvolver o planejado e prestar assistência técnica - ATER e escrever projetos de captação de recursos próprios e ou externos; 4º) um bom planejamento, que deve ser construído de forma participativa; 5º) oportunidades de comercialização com acesso a mercados direto e mercados institucionais para a agricultura familiar campesina; 6º) a adoção do princípio da equidade, priorizando aqueles que mais precisam: assentados(as),

quilombolas, mulheres e jovens; e 7º) bons processos de transformação de iniciativas e políticas públicas em Leis Municipais.” (José Arcanjo Nunes)

Já em 2009, o novo governo Municipal identificou que a realidade agrária e do uso e ocupação do solo no município era de 91,3% das propriedades rurais. Assim planejou, implantou e manteve um programa de Desenvolvimento Rural Sustentável composto de várias frentes. São elas:

a) Reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em que foram debatidas as leis de uso de máquinas em propriedades particulares (conhecidas como Lei da hora máquina), plano de desenvolvimento rural sustentável; Plano Municipal Rodoviário Rural; plano de conservação das estradas rurais e plano de recuperação de nascentes e conservação e manejo de águas, dentre outras iniciativas. Com relação ao orçamento, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável não tem despesas diretas, somente a dedicação do secretário e de dois servidores. O valor estimado é de R\$ 45.000 por ano. O número de beneficiários é de 16.305;

b) Aprovação da lei de criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; composto pela arrecadação de taxas de uso de máquinas agrícolas, aluguel do frigorífico municipal, aluguel dos boxes dos mercados municipais, aluguel para uso do parque de exposição, taxas do Serviço de Inspeção Municipal, dentre outras. Aprovado na câmara de vereadores virou lei em 2010 (Lei nº 6420 de 18 de Novembro de 2010) e funciona até hoje. O orçamento não tem despesas diretas, só dedicação do secretário e dois servidores. O valor estimado é de R\$ 45.000 por ano. O número de beneficiários é de 16.305;

c) Realização do Censo Municipal com a integração da Secretaria Municipal de Agricultura e com Secretaria da Fazenda/NAC (Núcleo de Atendimento ao Contribuinte). O orçamento é de R\$ 35.000,00 da prefeitura (um carro e combustível), 1 GPS cedido pelo IDAF; bolsa 100% para estudantes na Universidade São Camilo (2 pagas pela Fundação Banco do Brasil e outras duas pagas pelo SICOB) a alimentação da equipe (enviadas pela Cooperativa de Laticínios Selita). O número de beneficiários é de 2492 famílias camponesas;

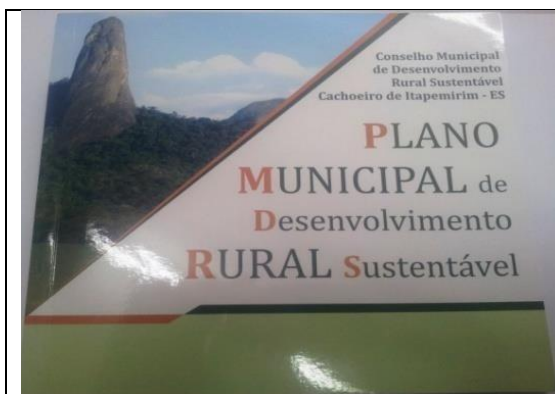
d) Implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável visando o fortalecimento de novas cadeias produtivas; a avicultura caipira; a cafeicultura sustentável; a

pecuária de leite; a valorização e regularização de agroindústrias; a apicultura solidária e a feira livre.

e) Criação do programa ticket-feira com distribuição a 1.200 servidores municipais no valor de R\$ 15,00/semana como parte do valor referente ao benefício trabalhista. O ticket é uma moeda social com validade de uma semana e utilizado única e exclusivamente na feira da agricultura familiar. O orçamento dessa iniciativa é de R\$ 216.000,00 (anualmente) e o número de beneficiários é de 1.200 servidores, 29 famílias de feirantes da agricultura familiar campesina, uma associação e uma Cooperativa CAF;

f) Criação da EFACI Escola Família Agrícola de Cachoeiro do Itapemirim - com os recursos da Prefeitura e disponibilização de 03 (três) prédios do Centro de pesquisa e desenvolvimento Rural Sul do INCAPER foi possível criar uma **Escola Família** com pedagogia da alternância e administrada pelo MEPES. Ela funciona ao lado da comunidade quilombola de Monte Alegre. Hoje a escola está em risco, pois a COVID-19 interrompeu as aulas e a prefeitura atual persegue esta iniciativa de outros governos municipais. O orçamento é de R\$110.000,00. O número de beneficiários é de 120 alunos por ano (a maioria, filhos de agricultores).

A iniciativa está em curso desde 2009 e segue vigente.



Capa do Livro publicada com o Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável



Tanque escavado atendido com assistência técnica na localidade de São José de Cantagalo – distrito São Vicente



Filé de tilápia produzido na agroindústria para ser entregue ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAAgeração de renda para 18 assentadas da reforma agrária.



“Caminhão do Peixe” (parceria com o Governo Federal)



Programa Apicultura solidária 35 famílias incluíram o mel no rol de produtos para comercialização PAA, CDA, PNAE e Feira. 2 260 kg de mel por ano



Regate e fortalecimento de produção de galinhas caipiras, beneficiando 35 Guardiãs de 20 famílias, 7.100 aves; 8.760 dúzias de ovos por mês vendidos para PAA, CDA, PNAE, e Feira livre



Melhoramento genético e melhoramento de pastagens para pequena pecuária de leite



Regularização e fortalecimento de Agroindústrias de produtos de origem vegetal



Regularização e fortalecimento de agroindústrias de produtos de origem animal



Regularização e fortalecimento de Agroindústrias melhorias nas embalagens, informações nutricionais e melhoria dos rótulos



Programa Fortalecimento da Feira da Agricultura familiar através de realocação das barracas e tickets feira para 1200 servidores municipais



29 famílias de agricultura familiar campesina são feirantes que aceitam uma moeda social local = ticket feira no final do mês emitem nota do produtor rural, apresentam seus relatórios e recebem os valores correspondentes da Pref. Municipal



Acesso às máquinas para manejo e conservação de águas:
Barraginhas, caixas secas e estradas vicinais



Programa de recuperação de nascentes ater para conservação
de águas e manejo sustentável de solo e água.



Dias de campo sobre melhoria e conservação de
pastagens.



Programa de melhorias da agropecuária de leite para
agricultores(as) familiares camponeses(as)



Escola família agrícola de Monte Alegre - pedagogia da
alternância.



Instalação e inauguração da CAF Cachoeiro – Cooperativa de
Agricultura Familiar de Cachoeiro.

Gráficos com resultados e impactos das experiências:

Gráfico 1.1 – Gráfico com o aumento de arrecadação direta do Município, após regularização das atividades da agricultura familiar campesina



Fonte: NAP/SEMFA (2014).

Gráfico 1.2 – Gráfico com a evolução de valores disponibilizados através do fundo municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

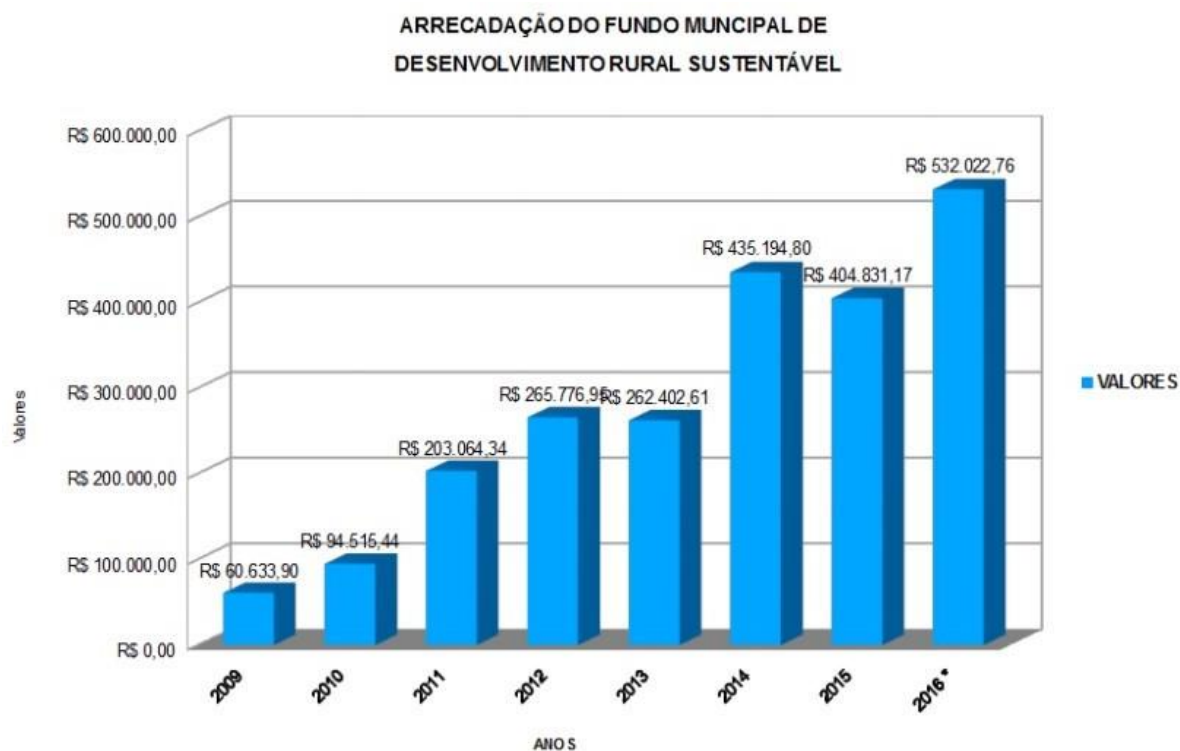


Gráfico 1.3 – Quadro com a evolução do acesso a política de crédito após a regularização das propriedades de base familiar campesina

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ^(novais)		
Safra	Quantidade de Contratos	Valor em R\$
1999/2000	189	651.671
2000/2001	184	669.752
2001/2002	204	790.558
2002/2003	161	662.987
2003/2004	277	1.754.742
2004/2005	225	1.305.258
2005/2006	280	2.563.613
2006/2007	258	2.385.581
2007/2008	255	1.481.283
2008/2009	319	9.801.511
2009/2010	396	6.723.721
2010/2011	485	11.129.571
2011/2012	556	16.003.681
2012/2013	495	11.928.928
2013/2014	543	12.798.103
2014/2015	508	29.446.258

Fonte: Sisen/Deap/Siscar

Gráfico 1.4 – Gráfico com a evolução de valores programa ticket-feira disponibilizado semanalmente aos servidores e usados na feira de agricultura familiar

HISTÓRICO DA COMERCIALIZAÇÃO DO
TÍQUETE-FEIRA

